



nº3/2016 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim  
**MUNICIPAL**

março

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Célia Margarida Gomes Marques (presidente) | Procesamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Cordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

## **CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE MARÇO  
DE 2016**

## **DELIBERAÇÕES**

### **ACADEMIA DE VERÃO – UNIVERSIDADE DE AVEIRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Criar condições para que, um máximo de 10 jovens que frequentem o ensino secundário em estabelecimentos de ensino do concelho, independentemente da sua naturalidade e residência, tenham a oportunidade de contactar com o mundo académico e de explorar os seus interesses e vocações;

2- Que as vagas sejam distribuídas entre os dois estabelecimentos de ensino secundário do concelho, na proporção de 5 para o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere e 5 para a ETP Sicó.

3- Que cada estabelecimento de ensino selecione os alunos que participarão na iniciativa, com base nos seguintes critérios: aproveitamento (no final do 2º trimestre), comportamento, postura e atitudes;

4- Que cada estabelecimento de ensino selecione efetivos para o número de vagas correspondente e 5 suplentes e que, na eventualidade de um estabelecimento de ensino não preencher o número de vagas, as mesmas sejam preenchidas pelos alunos identificados como suplentes pela outra escola;

5- Atribuir a cada participação, até ao valor máximo de 120,00€, com base nos escalões da Segurança Social para efeito de atribuição de Subsídios e nos moldes que se passam a enumerar:

a) Escalão 1: 120,00€

b) Escalão 2: 90,00€

c) Escalão 3: 60,00€

d) Escalão 4: 30,00€

e) Escalão 5: sem comparticipação.

6- Que em qualquer das situações os alunos paguem a totalidade do valor à Universidade de Aveiro e que posteriormente apresentem requerimento (acompanhado de comprovativo de pagamento e de declaração da Segurança Social, que comprove o escalão que lhes está atribuído) na Câmara Municipal para serem reembolsados da comparticipação a que tenham direito.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVO E RECREATIVO DE MAÇÃS DE CAMINHO – PEDIDO DE APOIO PARA COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou nomeadamente:

1- Apoio logístico de cedência e transporte de 3 aquecedores (sendo da responsabilidade da associação garantir o gás), mesas, cadeiras e talheres (de acordo com as necessidades da associação) e 30 toalhas redondas;

2- Apoio financeiro no valor de 300,00€ para participar a realização de baile.

**(Aprovado por maioria)**

### **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO - CÓDIGO DE REGISTO N.º PR.005587.2016**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, sendo cumprido integralmente o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua 5ª versão, atualizada pelo Decreto-Lei nº 83/2014, de 23 de maio, assim como, o cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 166/2008 de agosto alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, nos termos da informação técnica prestada, deliberou,

concordar com o projeto apresentado, não tendo nada a opor, emitindo parecer favorável.

**(Aprovado por unanimidade)**

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO  
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE  
OBRAS N.º 17/2012 – CONSTRUÇÃO DE  
EMPREENHIMENTO TURÍSTICO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do procedimento de licenciamento n.º 17/2012, titulado por Alveswreta – Indústria Hoteleira e Similares, Lda., referente a obra de construção de empreendimento turístico, sito na Serra de Alvaiázere e que o mesmo seja concludentemente enviado para arquivo.

**(Aprovado por maioria)**

**ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Abrir o procedimento de ajuste direto de empreitadas para os espaços de jogo e recreio atrás mencionados;

2- Consultar as seguintes empresas:

- Vecojuncal – Unipessoal, Lda – NIF 505 070 022;

- Pneugreen, Pavimentos Lda. – NIF 508 321 050;

- Venâncio Mendes - Construção e Remodelação de Imóveis, Unipessoal, Lda. – NIF 509 258 670;

3-Prever no caderno de encargos um plano de ação temporal para a reabilitação de cada um dos espaços de jogo e recreio;

4-Dar poderes à Presidente e no seu impedimento à Vice-Presidente para desenvolver e conduzir os procedimentos que se tornem imprescindíveis à contratualização.

**(Aprovado por unanimidade)**

**LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO – “REMODELAÇÃO  
DA ESCOLA PRIMÁRIA DA VENDA DO PRETO –  
CENTROS DE INTERPRETAÇÃO – MINI  
UNIDADES DE ALOJAMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a liberação de 60% da caução total da obra.

**(Aprovado por unanimidade)**

**REQUERIMENTO PARA PAGAMENTO EM  
PRESTAÇÕES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do art.º 18.º do regulamento da tabela de taxas e outras receitas, deliberou, aprovar os pagamentos devidamente identificados concordando com os planos de pagamentos propostos, autorizando, desta forma o pagamento em prestações.

**(Aprovado por unanimidade)**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE MARÇO  
DE 2016**

**ALVAIÁZERE CAPITAL DO CHÍCHARO: 36.ª  
FAFIPA E 14.º FESTIVAL GASTRONÓMICO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1.Aprovar a realização do evento: “Alvaiázere Capital do Chicharo: 36.ª FAFIPA e 14.º Festival Gastronómico”, conforme proposta apresentada pelo Gabinete de Apoio à Presidência;

2.Aprovar a grelha preliminar e provisória;

3.Concordar com a realização da despesa inerente à realização deste evento, devidamente contemplado no orçamento, com a classificação económica 0102/110299 e GOP: 02/001/2015/5013 - Alvaiázere Capital do Chicharo, com o cabimento sequencial n.º 12009 sendo competente para autorizar a realização destas despesas, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº

197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, a Senhora Presidente da Câmara, devendo os procedimentos ser conduzidos nos termos do Código dos Contratos Públicos, bem como demais legislação em vigor sobre a matéria.

4. Atribuir competência à Sra. Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para decidir eventuais questões relacionadas com a organização/promoção deste evento.

**(Aprovado por maioria)**

**MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO  
DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA  
LOCAL (PAEL) - INFORMAÇÃO REFERENTE  
AO 4.º TRIMESTRE DE 2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a informação e o relatório do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Informação Trimestral – 4º trimestre/2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, os quais devem ser remetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

**(Aprovado por maioria)**

**PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DE  
REGULAMENTOS – CONSTITUIÇÃO DE  
INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE  
CONTRIBUTOS PARA O PROJETOS DE  
REGULAMENTOS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, iniciar o procedimento administrativo para a elaboração dos seguintes projetos de regulamento:

i)Regulamento de Apoios Socioeducativos (inclui a revogação do regulamento de ação social escolar do Município de Alvaiázere);

ii)Regulamento da loja de apoio social de Alvaiázere;

iii)Regulamento de apoio à reabilitação de habitações degradadas de agregados familiares carenciados do Concelho de Alvaiázere;

iv)Regulamento “Câmara Solidária”;

v)Regulamento de atribuição e utilização de habitações sociais em regime de arrendamento;

vi)Regulamento de ocupação de espaço público e de publicidade;

vii)Regulamento para a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por vendedores ambulantes;

viii)Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços o Município de Alvaiázere;

ix)Regulamento de licenciamento das atividades diversas;

x)Regulamento de inventário e cadastro do património municipal;

2-Fixar o prazo de 10 (dez) dias úteis para a constituição de interessados e para a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;

3-Publicitar o início do procedimento, de acordo com o n.º 1 do art.º 98.º do CPA, bem como por edital a afixar nos lugares de estilo.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALVAIÁZERE E O INSTITUTO  
POLITÉCNICO DE TOMAR**

A Câmara Municipal apreciou e analisou a proposta apresentada pelo Gabinete de Apoio à Vereação e, deliberou, aprovar a adenda ao Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Alvaiázere e o Instituto Politécnico de Tomar, nos termos da minuta que se encontra anexa à informação, dando-se a mesma por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente

rubricado por todos os elementos do Órgão Executivo. Mais deliberou, delegar competências na Senhora Presidente da Câmara para outorgar a citada adenda ao Protocolo de Cooperação, nos termos da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

**(Aprovado por maioria)**

**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA  
DA RUA JOSÉ AUGUSTO MARTINS RANGEL –  
SEICEIRA E LIGAÇÕES” - DOAÇÃO DE  
PRÉDIO RÚSTICO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Aceitar a doação de uma parcela de 85,60m<sup>2</sup> do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 296 da freguesia de Alvaiázere do concelho de Alvaiázere, omissa na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere, sito em Pombal, com a área total de 2.400,00m<sup>2</sup>, propriedade de António dos Santos Ribeiro – Cabeça de Casal da Herança, residente em Rua Cesário Neves, Alvaiázere, que possui as seguintes confrontações: norte – José dos Santos Ribeiro, sul – escola, nascente – Estrada Nacional e poente – Estrada Nacional;

2-Delegar competências no Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar a competente declaração a emitir para a Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista à integração do prédio no domínio público municipal;

3-Propor, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, à Assembleia Municipal a afetação do prédio cedido ao domínio público municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE  
OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS  
DIREITOS GARANTIAS DO ESTATUTO DO  
DIREITO OPOSIÇÃO DO ANO 2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, deliberou:

1.Aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito pelos direitos e garantias do estatuto do direito de oposição do ano de 2015;

2. Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, remeter o presente relatório ao Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere e aos Membros da Assembleia Municipal do PS e do CDS;

3.Publicar o presente relatório no boletim municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição e na página da internet do Município.

**(Aprovado por maioria)**

**EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO  
VINCULATIVO – ART.º 75.º DA LEI N.º 82-  
B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO – “AQUISIÇÃO  
DE SERVIÇOS PARA A BENEFICIAÇÃO DA  
MATA DO CARRASCAL E DA REDE DE  
PERCURSOS PEDESTRES”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, tendo em conta que a contratação em causa se revela legalmente necessária e fundamental para as atividades, atribuições e competências do Município, o Município acautelou este facto contemplando a verba em orçamento para o ano de 2016 e seguintes, por imperativo do n.º 5 do art.º 75.º da LOE/2015, conjugado com a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, a presente aquisição carece de parecer prévio do Executivo Municipal e se encontra demonstrada a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro deliberou:

1. Emitir parecer favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto no art.º 75.º da LOE/2015, conjugado com a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio;

2. A assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado

com o art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e com as normas de execução orçamental, aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua Sessão ocorrida a 27 de novembro último, prevendo-se a seguinte distribuição de despesa:

2016	Maio a dez.	€15.000
2017	Jan. a dez.	€ 20.000
Total		€ 35.000

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS PROPORÇÕES DOS COMPARTES NA CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE PRESENTE EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 19/08/2015 – ¼ DO ARTIGO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL DA FREGUESIA DE ALMOSTER SOB O N.º 119**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, indeferir o pedido de alteração das proporções dos compartes na Constituição de Compropriedade de ¼ do artigo inscrito na matriz predial rústica de Almoster sob o n.º 119, presente em reunião de Câmara Municipal de 19/08/2015, em nome de Júlio Simões, atendendo à estratégia de ordenamento que se pretende para o Concelho.

(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS PROPORÇÕES DOS COMPARTES NA CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE PRESENTE EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 19/08/2015 – ARTIGO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL DA FREGUESIA DE ALMOSTER SOB O N.º 118**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, indeferir o pedido de

alteração das proporções dos compartes na Constituição de Compropriedade do artigo inscrito na matriz predial rústica de Almoster sob o n.º 118, presente em reunião de Câmara Municipal de 19/08/2015, em nome de Júlio Simões, com base na estratégia de ordenamento de território que se pretende para o Concelho.  
(Aprovado por maioria)

#### **PAGAMENTOS EM PRESTAÇÕES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do art.º 18.º do regulamento da tabela de taxas e outras receitas, deliberou, aprovar o pagamento supra identificado concordando com as vinte e quatro prestações solicitadas, autorizando, desta forma o seu pagamento em prestações.

(Aprovado por unanimidade)

**FRAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA REGUEIRA, NA RUA COMANDANTE ANTÓNIO GONÇALVES, SITUADA EM ALVAIÁZERE, NO BLOCO A E NO R/C FRENTE – MORTE DA ARRENDATÁRIA.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Declarar a caducidade do arrendamento, por conhecimento da morte do arrendatário, a partir de certidão de óbito, a qual deve ser entregue pela família ou, caso tal não aconteça, oficial junto da conservatória do registo civil de Alvaiázere a emissão de certidão de óbito da arrendatária e a informação sobre a realização de habilitação sua para efeitos sucessórios, por forma a dar-se cumprimento ao n.º 2 deve ser solicitada pelos serviços da Câmara à conservatória do registo civil;

2-Pedir ao cabeça de casal ou familiar conhecido mais próximo, havendo, a entrega imediata do locado;

3- Mandar proceder à emissão dos recibos de renda até à entrega do locado;  
**(Aprovado por unanimidade)**



## ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

O MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE E

O INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Entre:

O **MUNICÍPIO de Alvaiázere**, adiante designada por **MA**, neste ato representado pela seu  
Presidente da Câmara Municipal,

.....,

O **Instituto Politécnico de Tomar**, adiante designado por **IPT**, neste ato representado  
pelo seu Presidente, Professor Doutor Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida,

É celebrada a presente adenda ao protocolo de cooperação celebrado a 9 de Novembro de  
2015 que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

#### Objeto

1 – A presente adenda tem por objeto a fixação do quadro de cooperação institucional entre o IPT e o MA, no quadro do desenvolvimento do Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático e realização de outras atividades e projetos no âmbito da Arqueologia e Educação Patrimonial.

2 – A cooperação entre as entidades outorgantes do presente protocolo orientar-se-á pelos princípios de respeito mútuo e de liberdade de decisão de cada uma das partes quanto ao interesse, oportunidade e possibilidade de desenvolvimento conjunto de cada projeto ou atividade específica.



## **Cláusula 2.ª**

### **Cooperação**

1 – No âmbito da presente adenda e com respeito pelos pressupostos em que assenta e pelos princípios nela definidos, o IPT e o MA comprometem-se a cooperar gratuitamente entre si nos domínios do ensino, formação, apoio técnico/consultoria, divulgação e desenvolvimento de projetos na área do património cultural e afins, tal como expresso em protocolo a 9 de Novembro de 2015.

2 – No âmbito da cooperação referida no número anterior o IPT compromete-se a:

- a) Prestar apoio técnico humano e material em áreas de intervenção técnico-científica do IPT e que sejam de interesse para o MA, em condições a acordar caso a caso;
- b) Colaborar na realização de Seminários, Conferências, Congressos, Workshops e outras iniciativas de carácter formativo;
- c) Divulgar as ações do MA, através dos meios ao seu dispor, que caso a caso, forem consideradas adequadas.

3 – Por sua vez, no âmbito da cooperação referida no número 1, o MA compromete-se a:

- a) Ceder gratuitamente ao IPT um espaço, devidamente infraestruturado, única e exclusivamente para a realização das atividades de arqueologia a desenvolver pelo IPT na área do MA, que venham a ser acordadas e para instalação do Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático, pagando as despesas com o consumo de água e de electricidade desse espaço;
- b) Apoiar o IPT em diligências com vista à obtenção de apoios financeiros, junto de entidades nacionais, comunitárias ou outras, para financiamento das atividades a prosseguir no âmbito do presente protocolo, especificamente orientados para as que serão desenvolvidas na área do MA, apoiando em parceria ou em articulação como o IPT, na elaboração das necessárias candidaturas a esses apoios e no seu acompanhamento.

4 – As entidades outorgantes comprometem-se, ainda, a divulgar o conteúdo deste protocolo através dos meios ao seu dispor, nomeadamente por publicação nas respetivas páginas eletrónicas.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Início e Prazo de Vigência**

As partes acordam em alterar o prazo de vigência do protocolo de cooperação celebrado em 9 de Novembro de 2015, que passará a ser de 10 anos contados a partir da data da celebração do referido protocolo, podendo qualquer dos outorgantes denunciá-lo no termo de cada ano letivo, para o qual se fixa a data de 31 de Julho de cada ano, desde que o comunique à outra parte, por carta registada com aviso de receção, enviada com um mínimo de 6 (seis) meses de antecedência sobre aquela data.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Cessação do contrato**

1 – O disposto na cláusula anterior não obsta à resolução do protocolo, por qualquer das partes, com efeitos imediatos, com fundamento em incumprimento do mesmo, desde que comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção com expressa indicação do fundamento invocado.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior considera-se haver incumprimento quando a parte que invocar o incumprimento tenha previamente interpelado a outra, por carta registada com aviso de receção, para a necessidade de reparar a situação de incumprimento e, após o seu envio, a situação de incumprimento se tenha mantido por período superior a 45 dias contínuos.

3 – Em caso de cessação do presente protocolo, a qualquer título, o IPT obriga-se a entregar o espaço cedido pelo MA livre de pessoas e bens seus, no prazo de 90 dias.

5 - Todos os materiais, utensílios e equipamentos pré-existentes nas instalações cedidas pelo MA onde tenha lugar o funcionamento das atividades desenvolvidas ao abrigo do presente protocolo ou que tenham sido facultados ou disponibilizados pelo MA, ficarão na posse do MA e todos os materiais, utensílios e equipamentos disponibilizados ou adquiridos pelo IPT devem ser levantados pelo IPT.

6 – Nem em caso de cessação do presente protocolo, a qualquer título, nem em qualquer outra situação, pode qualquer das partes a invocar o direito de retenção em relação a materiais, utensílios e equipamentos que integrem o direito de posse da outra.

#### **Cláusula 5.ª**

#### **Disposições Finais**

Em tudo o que não contrariar a presente adenda, mantém-se o disposto no protocolo de cooperação celebrado entre as partes em 9 de Novembro de 2015.

Alvaiázere, ... de ... de 2016.

**Pelo MA**

**Pelo IPT**

---

(Arquiteta Célia Margarida Gomes Marques)

---

(Prof. Doutor Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida)

MUNICIPIO DE ALVAIÁZERE

EDITAL N.º 53/2016

PUBLICITAÇÃO DO INICIO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO  
PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REGULAMENTO

Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que a Câmara Municipal deliberou, em reunião pública realizada no dia 16 do corrente mês de março, desencadear o procedimento de elaboração dos seguintes projetos de regulamento:

- i. Regulamento de Apoios Socioeducativos (inclui a revogação do regulamento de ação social escolar do Município de Alvaiázere);
- ii. Regulamento da loja de apoio social de Alvaiázere;
- iii. Regulamento de apoio à reabilitação de habitações degradadas de agregados familiares carenciados do Concelho de Alvaiázere;
- iv. Regulamento "Câmara Solidária";
- v. Regulamento de atribuição e utilização de habitações sociais em regime de arrendamento;
- vi. Regulamento de ocupação de espaço público e de publicidade;
- vii. Regulamento para a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por vendedores ambulantes;
- viii. Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços o Município de Alvaiázere;
- ix. Regulamento de licenciamento das atividades diversas;
- x. Regulamento de inventário e cadastro do património municipal;

Para o efeito, é fixado o prazo de 10 (dez) dias úteis para a constituição de interessados e para a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, a contar desde a presente data, ou seja, até ao 01 de abril.

Os interessados podem constituir-se como tal e apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações a constar dos projetos de regulamento, através de comunicação escrita, com identificação do remetente, morada, identificação fiscal, dirigida à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: [geral@cm-alvaiazere.pt](mailto:geral@cm-alvaiazere.pt)

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Alvaiázere, 17 de março de 2016






A Presidente da Câmara,

  
Célia Margarida Gomes Marques, Arq.<sup>a</sup>



[2015]

Câmara Municipal de  
Alvaiázere

**Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos**

**Direitos e Garantias do Estatuto do Direito de Oposição no Ano de**

**2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE  
Presente à reunião de 16/03/2015  
Deliberação tomada: Aprovada  
por unanimidade.

A Lei nº 24/98, de 26 de maio, aprova o Estatuto do Direito de Oposição assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais, oposição esta que, nos termos do artigo 2º do referido diploma legal, consiste na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos em epígrafe.

De acordo com o artigo 10.º deste diploma, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até fim de março do ano subsequente àquele a que se referam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes na legislação. Assim sendo, o presente documento tem como objetivo proceder à avaliação do cumprimento dos direitos explanados na Lei nº 24/98, de 26 de maio, durante o ano civil de 2015, por parte dos órgãos que exerceram funções executivas no Município de Alvaiázere.

Segundo o artigo 3.º da Lei do Estatuto do Direito de Oposição e tendo em consideração o fim do presente relatório, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo, bem como os partidos políticos representados nas câmaras municipais, em que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Assim, com a devida interpretação da letra de lei, para as autarquias locais, importa sublinhar que os titulares do direito de oposição não são os membros das assembleias municipais, mas sim os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos e que não estejam representados no respetivo órgão executivo ou que, embora representados nas câmaras municipais, verifiquem que os seus eleitos não assumem qualquer função executiva.

No Município de Alvaiázere, o Partido Social Democrata (PSD) é o único representado na Câmara Municipal com pelouros e poderes delegados. Assim, nos termos do artigo 3.º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, são titulares de direito de oposição:

- O Partido Socialista (PS), representado na Câmara Municipal por um vereador não executivo, e por dois eleitos na Assembleia Municipal;
- O Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), representado na Câmara Municipal por um vereador não executivo e por dois membros na Assembleia Municipal, embora tenha elegido três candidatos nas eleições autárquicas do dia 29 de setembro de 2013.

O direito de oposição materializa-se e desenvolve-se na consubstanciação do direito à informação, no direito de consulta prévia respeitante às propostas de orçamentos e de planos de atividade, no direito de participação e no direito de depor.

Nestes termos, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e nos termos da alínea u) do número 1 do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, relatam-se as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, sendo que o presente relatório será

distribuído aos representantes dos partidos políticos nos órgãos representativos do Município de Alvaiázere, entenda-se, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

### 1. Direito à informação

Durante o período em análise pelo presente relatório, e em pleno cumprimento do artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os titulares do direito de oposição foram sendo informados regular e diretamente, quer por escrito, quer oralmente e sempre em prazo razoável, por parte dos elementos que assumiram a presidência do executivo no ano de 2015, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público do Município de Alvaiázere, relacionados com a sua atividade.

Assim, no âmbito das alíneas s), t), u), x), y), do número 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como pela alínea o), do número 2 do artigo 35.º do mesmo diploma, e em consideração pelo artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio:

- a) Procedeu-se à comunicação de todas as informações relacionadas com os assuntos de interesse público municipal, com elevado grau de detalhe, as quais foram disponibilizadas atempadamente a todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, antes da realização de cada sessão ordinária e extraordinária dos respetivos órgãos. Neste capítulo, em particular, não só as propostas dos documentos previsionais foram cedidos aos representantes dos partidos da oposição com acento no órgão executivo, como foram promovidas reuniões prévias à aprovação dos documentos, para expor e debater a proposta;
- b) Deu-se resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da assembleia municipal, dentro do prazo legalmente estabelecido;
- c) Procedeu-se à devida publicitação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, conforme o artigo 56.º da Lei, n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Remeteu-se, à Assembleia Municipal, através do seu Presidente, cópia das minutas das atas após a sua aprovação, para consulta dos respetivos membros, sendo que as atas das reuniões da Câmara Municipal são públicas, podendo ser consultadas por qualquer cidadão;
- e) Remeteu-se, à Assembleia Municipal, através do seu Presidente, documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de natureza similar, indispensável à análise crítica e objetiva da informação remetida.
- f) Foi dado conhecimento aos restantes membros do órgão executivo, e remeteu-se ao órgão deliberativo, cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade do órgão executivo e dos serviços, no prazo legalmente estabelecido.

Durante o período em análise não foi remetido, por parte dos vereadores não executivos qualquer tipo de pedido de informação escrita.



## 2. Direito de consulta prévia

No ano civil de 2015, em pleno cumprimento pelo número 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o executivo autárquico deu conhecimento aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, que não fazem parte dos correspondentes executivos, ou que neles não assumem pelouros ou outras formas de responsabilidade direta, sobre as propostas orçamento e do plano, em prazo razoável.

## 3. Direito de participação

No período em consideração, aos partidos políticos da oposição, não lhes foi, em circunstância alguma, vedado o direito de se pronunciarem e intervirem pelos meios constitucionais e legais ao seu dispor, quer sejam pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos, protestos ou outrem, sobre quaisquer questões de interesse público relevante.

Mais se informa que todos os membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, foram convidados a estar presentes e a participarem em todos os atos e atividades oficiais, durante o ano civil de 2015.

## 4. Direito de depor

Tendo em conta que os eleitos locais, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, não intervieram em qualquer comissão no âmbito do artigo 8.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, não esteve o executivo municipal sujeito a qualquer tipo de obrigação nesta matéria, pelo que nada resulta a referir relativamente ao exercício deste direito, durante o ano civil de 2015.

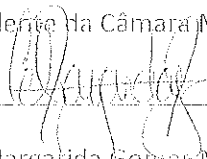
## Conclusão

Em função do transcrito, pode-se concluir que os eleitos que assumem funções executivas na Câmara Municipal, durante o período em análise, promoveram o total cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, tendo-se assumido como agentes garantes dos direitos dos eleitos locais na oposição.

Neste sentido, em cumprimento pelo artigo 10.º, do número 2 do Estatuto do Direito da Oposição, determino que este relatório seja enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere e aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, Senhora Vereadora do PS, Senhor vereador do CDS-PP, Membros da Assembleia Municipal do PS e do CDS. Mais determino que o mesmo seja publicado na página eletrónica do Município.

Alvaiázere, 14 de março de 2016,

A Presidente da Câmara Municipal

  
\_\_\_\_\_

(Célia Margarida Gomes Marques)